

fiscalizar. É importante acompanhar. É importante votar consciente.

Por isso, eu clamo aqui aos brasileiros e brasileiras paulistas, paulistanos e paulistanas que vão votar nesse dia 15 de novembro que façamos essa reflexão e não votemos porque a pesquisa aponta, não votemos porque alguém pediu, falou. Votemos pela nossa consciência, pela nossa decisão, porque isso sim é exercer a verdadeira democracia.

Queria muito estar aqui um dia em que todo mundo pudes-se votar com consciência política, porque com certeza maus políticos, maus vereadores, maus prefeitos não se elegeriam mais. No dia que o povo brasileiro tiver consciência política, aqueles oportunistas, aqueles fascistas, aqueles que se aproveitam das oportunidades, da falta de consciência, ainda, do brasileiro e brasileira, nunca mais se elegerão.

Então, faço esse apelo e quero agradecer a oportunidade. Desejo uma boa eleição para todos os brasileiros e brasileiras, paulistas e paulistanos, para que escolhamos aquele que a nossa consciência realmente diga que será o melhor prefeito, o melhor vereador e a melhor vereadora para o nosso município.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CASTELLO BRANCO - PSL - Muito bem, nobre deputado Jorge Lula do Carmo, pelas suas palavras e pelo seu alerta nestas eleições municipais.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CASTELLO BRANCO - PSL - Pois não.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu gostaria de utilizar a tribuna pelo Art. 82, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CASTELLO BRANCO - PSL - É regimental. Vossa Excelência tem o tempo de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, de volta a esta tribuna, eu gostaria de pedir, mais uma vez, o apoio de todos os deputados e deputadas para que nós possamos aprovar, em caráter de extrema urgência, o Projeto de lei nº 652, de 2020, que eu apresentei agora, Sr. Presidente, no início da pandemia.

Eu apresentei um projeto de lei para prorrogar os prazos dos concursos públicos realizados no estado de São Paulo, das secretarias, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria. Enfim, concursos que foram realizados, e muitos deles já têm os seus prazos se esgotando.

O curso tem validade normalmente de dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois. Normalmente, é isso que acontece, mas muitos desses concursos, Sr. Presidente, já foram prorrogados ou não foram homologados, enfim, e, com a questão da pandemia, com o congelamento das restrições orçamentárias, a permanência das restrições orçamentárias, o tempo continua correndo, na verdade.

Então, as pessoas que foram aprovadas, que estavam para serem chamadas, como, por exemplo, os servidores da Secretaria de Administração Penitenciária, os servidores da Secretaria de Segurança, do Ministério Público, os oficiais de promotoria, por exemplo, os escreventes, as assistentes sociais... São pessoas que estudaram bastante, fizeram sacrifícios e foram aprovadas, e não é fácil, Sr. Presidente, ser aprovado em um concurso público hoje aqui no estado de São Paulo.

Essas pessoas foram aprovadas. No entanto, elas não podem ser prejudicadas por conta da pandemia, por conta do que está acontecendo e por conta do decreto do governador Doria, o Decreto nº 64.879, e da Lei Complementar do Bolsonaro, nº 173, que foi sancionada pelo governo. Essa legislação penaliza os aprovados nos concursos.

Então, o que nós fizemos? Eu apresentei um projeto de lei, que é o PL 652, que congela os prazos, para que, enquanto permanecer a restrição orçamentária, não esteja correndo o prazo do concurso. Al sim, quando terminar esse prazo, começa a correr. Dessa forma, os aprovados não serão prejudicados.

Então, é muito importante a ajuda de todos os deputados e deputadas para que o nosso PL seja aprovado em regime de extrema urgência. Aproveito também para dizer que eu apresentei várias emendas ao Orçamento. Aliás, as primeiras emendas para garantir que haja a chamada dos aprovados, Sr. Presidente, foram as minhas em todas essas áreas que eu citei, em todos esses concursos. Na área da Educação, do supervisor de ensino, do agente de organização escolar, escrevente do TJ, oficial de promotoria, enfim, em todos eles.

Nós temos que garantir que, no Orçamento de 2021, haja recurso orçamentário para a chamada dos aprovados; e nós precisamos. Essas vagas existem, estão vagas, todas elas, e nós temos que preenchê-las com pessoas aprovadas nos concursos públicos, que é a maneira mais justa que nós temos para o ingresso no serviço público.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar a oportunidade para manifestar o meu total apoio à greve sanitária dos servidores, dos funcionários da Universidade de São Paulo. A Universidade de São Paulo não está tendo atividades com os professores, com os alunos numa aula. A aula é remota e não voltará a funcionar do ponto de vista acadêmico com aulas presenciais no ano de 2020. Está já decidido isso. Então, não tem sentido os servidores voltarem ao trabalho, sobretudo os não essenciais.

Acontece que isso foi determinado na Universidade de São Paulo. Os trabalhadores já estão trabalhando no trabalho remoto, e não tem diferença entre eles ficarem em casa e fazerem o trabalho presencial. Então, por que expor a vida e a saúde de milhares de servidores da Universidade de São Paulo, fazendo com que eles tenham que trabalhar presencialmente no campus universitário, Sr. Presidente? Isso é um absurdo total. É reproduzir a política genocida, porque o Brasil vive a pandemia.

Nós estamos acompanhando o que está acontecendo na Europa, Estados Unidos. É a segunda onda já e com informações de que talvez essa segunda onda seja incontrolável; e vai acontecer no Brasil também. Nós estamos no auge ainda da pandemia. Mais de 163 mil pessoas já morreram no Brasil, e milhões e milhares já foram sequeledas. Porque não é só a morte, tem a sequela também. Disso não se fala, dos sequelas do coronavírus. E mais ainda, Sr. Presidente, são quase seis milhões de pessoas contaminadas no Brasil.

É sério, nós estamos vivendo uma grande pandemia no Brasil, então nós temos que manter ainda o isolamento social. Não dá, de uma forma como a reitoria da universidade está fazendo, para determinar a volta então dos servidores ao trabalho presencial. Não há sentido nisso. Os alunos não estão na universidade; os professores não estão na universidade. Não há a mínima necessidade.

Então, faço um apelo aqui para que a reitoria reveja essa posição de obrigar os servidores a voltarem e abra um processo de conversa, de diálogo, de negociação com o Sintusp, com os trabalhadores da Universidade de São Paulo, Sr. Presidente. Então, eu manifesto aqui o meu total apoio.

Eles continuam trabalhando, Sr. Presidente, e a greve sanitária significa que o trabalho continua sendo feito, mas remotamente, e não presencialmente. Por isso que se chama greve sanitária. Então, todo o nosso apoio aos trabalhadores e às trabalhadoras da Universidade de São Paulo que estão em greve sanitária, Sr. Presidente.

Por fim, para concluir, Sr. Presidente, a minha intervenção de hoje, eu quero fazer um registro importante. Todos os deputados receberam um ofício da Udemo, que é o sindicato dos diretores e diretoras da rede estadual, assinado pelo seu presidente, o professor Chico Poli.

É um ofício muito importante, porque ele cobra dos deputados uma posição em relação ao confisco dos proventos e das pensões por conta do decreto do governador, que foi o presente de grego do governador para os aposentados e pensionistas, o “Cavalo de Doria”. Vossa Excelência colocou muito bem durante os nossos debates.

Ele apresentou um decreto confiscando os proventos e as pensões dos aposentados. Isso penaliza imensamente milhares de servidores que estão nessa faixa salarial, que terão o desconto de um salário mínimo ao teto do regime geral da Previdência, que gira em torno de R\$ 6.100,00. Essas pessoas estão tendo descontos, confisco. Na verdade, não são descon-

tos, confisco. Isso é um assalto à mão armada contra esses servidores, de 12% a 14%, e depois 16%, quando passa o valor do teto salarial.

A carta é bem explicativa. Ela cobra, ela é didática, ela é pedagógica, porque o Chico Poli, como um bom professor, foi bem didático e pedagógico, mas firme na cobrança, na denúncia, cobrando que os deputados tomem providências, sobretudo os deputados que votaram a favor da reforma da Previdência.

Todo deputado que votou a favor da reforma da Previdência, deputado Castello Branco, votou a favor do confisco, porque ofereceu as bases para confiscar. É como quem votou a favor do PL 529 e agora está tendo aumento de impostos. Então, quem votou a favor do 529, deputado Mellão, votou a favor. Vossa Excelência já denunciou.

O deputado Castello Branco todos os dias vem à tribuna e denuncia exatamente o que vocês já tinham alertado: o aumento dos impostos, que foi feito em seguida à sanção da lei pelos decretos. Sucessivos decretos foram publicados no Diário Oficial aumentando os impostos no estado de São Paulo.

Então, quem votou no PL 529 votou necessariamente no aumento dos impostos para a população. Quem votou na reforma da Previdência do Doria agora em março, que teve inclusive espancamento de professores aqui dentro da Assembleia Legislativa pela Polícia Militar, esses deputados e deputadas votaram nesse confisco. Esse decreto regulamenta. Ele tem base, infelizmente, na reforma previdenciária. Por isso que nós votamos contra, justamente contra. E aí o Chico Poli explica aqui exatamente isso.

Então, o que nós queremos, Sr. Presidente, para concluir definitivamente a minha intervenção de hoje. O professor Chico Poli pede a aprovação do nosso projeto, o nosso PDL, Projeto de decreto legislativo nº 22, que vai revogar esse famigerado decreto, Sr. Presidente, o Decreto nº 65.021, do governador Doria, que confisca os proventos e as pensões dos nossos servidores.

Então, era isso, Sr. Presidente, e gostaria só que a cópia do ofício fosse publicada no Diário Oficial, Sr. Presidente, para que toda a população tenha conhecimento do que está acontecendo aqui no estado de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CASTELLO BRANCO - PSL - Nobre deputado professor Carlos Giannazi...

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CASTELLO BRANCO - PSL - Só um minuto, deputado Ricardo Mellão. Há inserção de documento no bojo do pronunciamento. Esta Presidência recebe o documento de V. Exa. e o encaminhará à publicação após o seu exame, nos termos do Art. 18, V, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de São Paulo.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Para falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - CASTELLO BRANCO - PSL - Afirmativo, nobre deputado Ricardo Mellão. É regimental. Vossa Excelência tem o tempo de cinco minutos na tribuna. Enquanto V. Exa. se dirige, eu agradeço as palavras do nobre professor Carlos Giannazi.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - PELO ART. 82 - Muito obrigado, presidente. Dou sequência à minha fala já iniciada hoje, onde eu comunico aqui a consulta pública que a Artesp está fazendo, sugerindo uma portaria que ameça prejudicar enormemente a inovação, a tecnologia, a livre iniciativa e as novas tecnologias de transporte rodoviário no estado de São Paulo.

A Artesp disponibilizou para consulta pública essa portaria com essas sugestões vindas na minuta que eles mesmos fizeram - isso no dia 24 de outubro - e colocou um prazo para essa consulta ficar disponível à população para se manifestar até o dia 9 de novembro. E foi muito pouco comunicada.

Poucas pessoas do meu conhecimento sabiam da existência dessa portaria disponível e com essas exigências colocadas, que, como eu coloquei aqui, vão prejudicar enormemente, estão favorecendo o atraso, não fazem sentido nenhum diante da realidade que nós vivemos hoje, de inovação, de tecnologia, em que novas iniciativas surgem e estão beneficiando e sendo aprovadas pela população.

Estranhou-me muito o prazo extremamente curto colocado; não corresponde aos prazos quando vemos consultas públicas de portarias em outros estados ou da própria ANTT. Era um prazo muito curto. Fizemos, tivemos um protesto de que participei junto com outros deputados. Esteve lá o deputado Sergio Victor, esteve lá o deputado Arthur do Val, entre outros parlamentares que defendem também a livre iniciativa.

Nesse protesto, nós saímos de lá com uma demanda - e aí juntaram-se a nós outros deputados, como a Janaina Paschoal, deputado Carlos Cezar, deputado Daniel José -, solicitando a prorrogação desse prazo. É um prazo muito curto para uma decisão tão prejudicial como essa, sem nenhum estudo, sem nenhuma análise. E aí foi dado um prazo pela Artesp até o dia 30 deste mês para a discussão, mas, reitero, um prazo extremamente curto.

Conseguimos dali marcar uma reunião com o presidente da Artesp, o Milton Persoli, entre outros, que nos receberam para uma reunião virtual, assim como representantes de empresas que serão afetadas por essa portaria, justamente para colocar ali as posições e explicar todo o prejuízo que essa portaria está propondo na minuta que foi disponibilizada pela Artesp.

Ocorre que nessa reunião, como o deputado Sergio Victor já destacou aqui, nós questionamos qual o estudo de impacto que foi feito - estudo de impacto regulatório - de uma medida como essa, que vai prejudicar não só as empresas que estão fazendo esse tipo de serviço através da tecnologia como milhares de fretadores, que já foram prejudicados com esta pandemia e viam nessa nova iniciativa uma solução para arranjar oportunidades de poder prestar os seus serviços.

São milhares de fretadores, milhares de empregos gerados direta e indiretamente. Cadê o estudo de impacto regulatório para propor uma medida como essa? Então é um curto espaço de tempo. E o que nos foi falado na reunião é que não havia orçamento para isso e eles não fariam a análise do impacto regulatório.

Como é que uma medida como essa, tão prejudicial, que vai afetar tanto uma categoria econômica e a inovação, não tem um estudo de impacto regulatório? Não existe nem a intenção de se fazer um. Disseram que a Lei Federal de Liberdade Econômica, que prega essa obrigação para medidas como essa, só vale para o âmbito federal, e não para o estadual.

Curiosamente o nosso Código de Defesa do Empreendedor, que aprovamos aqui nesta Casa por unanimidade e que o governador vetou na integralidade - entre um dos motivos alegando que as medidas já estavam sendo implantadas no estado -, previa justamente a obrigatoriedade, nesse tipo de normativo, de um estudo de impacto regulatório. E foi vetado. Se tivesse sido aprovado, provavelmente não estaríamos passando por isso, como estamos passando nesta situação.

Quero também lamentar, entre outras questões nessa reunião, o que vi ali de falas de diretores, enfim. Ali fica muito claro o posicionamento contrário e refratário às novas iniciativas, às novas tecnologias que estão surgindo. Há necessidade regulatória, parece que há uma sanha de querer regular, de querer colocar regras ali que não são justificadas diante do mundo em que nós vivemos hoje.

É um total retrocesso ao que está acontecendo em países europeus, como a Alemanha, onde nós temos o transporte sendo liberado dessas regulamentações desnecessárias. E vão de encontro também a outras discussões que estão se dando em outros estados também, que estão indo no sentido contrário. Qual a necessidade de uma portaria que vai regulamentar um decreto de 1989 e que consegue ser ainda mais retrógrada que o próprio decreto de 1989? Qual é a justificativa disso?

Saio muito desapontado com o que vejo, com o que presinto. E quero deixar bem claro aqui um recado diretamente ao governador: o senhor, que se diz defensor da livre iniciativa, o senhor , que se diz um governador liberal, o senhor vendo tudo isso acontecer no seu governo, chegou a hora de o senhor analisar essa questão e o senhor tomar uma medida. E a medida

necessária neste momento é retirar essa portaria por todos os motivos aqui colocados.

Se o senhor de fato é liberal, se o senhor de fato defende a livre-iniciativa, se o senhor de fato está preocupado com a recuperação econômica, o senhor irá olhar essa portaria e irá retirá-la de pauta, para uma discussão muito mais aprofundada, com estudo de impacto, onde se verá claramente o prejuízo que ela trará a todo o estado de São Paulo.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CASTELLO BRANCO - PSL - Muito obrigado, deputado Castello Branco. Dando sequência à lista de oradores inscritos para o Grande Expediente, nós temos o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando Lula da Silva. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Maurici. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputada Dra. Damaris Moura. (Pausa.) Deputado Daniel José. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Frederico d’Ávila. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Castello Branco.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Grande Expediente do dia 11 de novembro de 2020, quarta-feira, quase 16 horas. Nós vamos concluir a fala do Pequeno Expediente, na lista suplementar.

As falas da nobre deputada Janaina Paschoal, do deputado Carlos Giannazi, do deputado Ricardo Mellão, entre outros parlamentares que vieram à tribuna hoje só nos fazem ver que realmente o Governo do Estado de São Paulo é do mal. Ele não cumpre o que fala, ele distorce os acordos e ele está causando grande prejuízo à população. Ora, vocês me desculpem o chulo, que não é do meu feito, mas é uma grande sacanagem tudo o que está sendo feito. Veja, por exemplo, o caso da Previdência do estado de São Paulo, essa famigerada reforma maldita, que foi feita de forma horrível. Ela agora pune quem já tem direito adquirido. O cidadão, o funcionário público estadual, contribuiu durante mais de 30 anos. Agora, sabe o que eles fizeram? Eles estão aumentando a alíquota de contribuição para quem já está aposentado, principalmente prejudicando aqueles que receberam aposentadorias menores.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Grande Expediente do dia 11 de novembro de 2020, quarta-feira, quase 16 horas. Nós vamos concluir a fala do Pequeno Expediente, na lista suplementar.

As falas da nobre deputada Janaina Paschoal, do deputado Carlos Giannazi, do deputado Ricardo Mellão, entre outros parlamentares que vieram à tribuna hoje só nos fazem ver que realmente o Governo do Estado de São Paulo é do mal. Ele não cumpre o que fala, ele distorce os acordos e ele está causando grande prejuízo à população.

Ora, vocês me desculpem o chulo, que não é do meu feito, mas é uma grande sacanagem tudo o que está sendo feito. Veja, por exemplo, o caso da Previdência do estado de São Paulo, essa famigerada reforma maldita, que foi feita de forma horrível. Ela agora pune quem já tem direito adquirido. O cidadão, o funcionário público estadual, contribuiu durante mais de 30 anos. Agora, sabe o que eles fizeram? Eles estão aumentando a alíquota de contribuição para quem já está aposentado, principalmente prejudicando aqueles que receberam aposentadorias menores.

Olha, isso é de uma maldade, de uma crueldade sem exemplo. É inconstitucional. Nós vamos entrar com ações de inconstitucionalidade com respeito a isso, porque o aposentado, que já é muito prejudicado neste País, agora está assinando a sua sentença de morte. Senão, vejamos.

As medidas do Sr. Governador são tão impopulares, as suas decisões são tão ruins, a sua incompetência é tão grande que ele, Sr. Doria, está sendo deixado de lado nas campanhas até dos seus aliados favoritos no interior de São Paulo.

Eu não queria aqui detalhar a cidade, nem quem são os candidatos, para não tornar pessoal a observação. Ela está aqui sendo colocada no atacado. De uma maneira geral, nenhum candidato do PSDB quer que o seu nome esteja atrelado ao governador Doria. Ele está sendo deixado de fora porque, segundo as pesquisas, se for colocado o nome do candidato junto com o Doria, ele passa a perder as eleições.

Em todas as 645 cidades do estado de São Paulo, o nome desse homem não pode aparecer. O índice de rejeição ao governo dele é altíssimo por medidas como essa. Muito bem, conclusão: em razão desses motivos e de outros, todos os candidatos das cidades do interior do estado de São Paulo e do litoral estão evitando exibir o nome do seu governador João Agripino da Costa Doria Júnior.

Muito bem. Na sequência, nós havíamos prometido falar sobre um tema muito querido para este parlamentar, que é a aviação. Nós vamos falar agora da Embraer e dos impactos que a pandemia está causando nessa importantíssima indústria nacional. Senão, vejamos.

Fazemos uma pequena retrospectiva. A Embraer é uma gigante aeronáutica, é a terceira maior empresa do setor aeronáutico do mundo. Ela está localizada em São José dos Campos, embora tenha clusters aerospaciais em outras cidades do estado de São Paulo. Ela nasceu como uma iniciativa do governo brasileiro, mas em especial do nosso nobre brigadeiro que já foi homenageado nesta Casa, dentro de um projeto estratégico para implementar a indústria aeronáutica - estou falando do Ozires Silva - em um contexto de políticas de substituição de importações.

Aqui está, por exemplo, a linha de montagem do Tucano. Foi comprado por mais de 70 países do mundo e é um dos orgulhos da indústria nacional. Eu, como piloto militar, tive a oportunidade de pilotar algumas aeronaves fabricadas pela Embraer: o Bandeirantes, o Ipanema, o Xingu, o próprio Tucano em três versões, o AMX e o Xavante.

O governo do marechal Castello Branco, meu tio-avô, foi quem aprovou o projeto de IPD-6504, que era para a pesquisa, o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Aeronáutico no País, que ficaria dentro do Centro Tecnológico da Aeronáutica, CTA, lá em São José dos Campos, a fim de atender o transporte aéreo comercial brasileiro num país que tem dimensões continentais.

Nascia, então, no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Força Aérea Brasileira, o protótipo de um bimotoor com capacidade para oito passageiros, graças ao trabalho da equipe liderada pelo projetista francês Max Holste, com a supervisão e a genialidade do engenheiro aeronáutico Ozires Silva, na época recém-promovido major. Na verdade, o projeto começou quando ele era capitão.

Eu tive a oportunidade de ser amigo pessoal do Ozires Silva. Ele foi, inclusive, meu padrinho de casamento. Portanto, conheço bastante os bastidores dessa história. Em 19 de agosto de 69, foi inaugurada a Embraer, lá em São José dos Campos, com a finalidade de produzir o Embraer 110 Bandeirante em série, do qual tive a oportunidade de fazer milhares de horas de voo, principalmente na região do Amazonas.

Olha só, esses são os maiores fabricantes de aeronaves do mundo. A Embraer já passou a Bombardier; na minha opinião e de muitos analistas aeronáuticos do mundo. Portanto, quem diria que em tão pouco tempo a indústria nacional iria passar gigantes. Hoje ela só perde para a Boeing e para o conglomerado Airbus da França.

A empresa, neste ano de 2020, já teve um prejuízo de 649 milhões de reais, fechados agora no terceiro trimestre. O atual presidente, Sr. Francisco Gomes Neto, falou para o jornal “Estadão” que os desafios devem ainda perdurar em 2021. Os resultados da Embraer deixaram claro o duro impacto que a pandemia da Covid-19 causou nas suas operações.

No terceiro trimestre, como está aqui demonstrado, o prejuízo líquido já é de 649, enquanto em 2019 já era de trezentos e catorze. A empresa gastou, apenas para fins trabalhistas de demissões, 292,5 milhões, embora tenha reduzido 15% na sua folha de pagamento global com corte de quase três mil pessoas para se adequar a esse momento de crise. O segmento da aviação comercial representou, em 2019, 34,5% e, em 2020, 23,4 por cento.

Nós terminamos a nossa apresentação de hoje desejando sucesso à Embraer, tão querida, com a qual tive grande parte da minha história ligada - eu que sou defensor da aviação e me considero um parlamentar especializado nesse segmento aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo -, bem como ressal-

tando, infelizmente, os graves prejuízos que a gestão do atual governador tem trazido para a administração pública do estado de São Paulo.

Lamentável, triste. Eu me sinto enganado e posso falar isso com muita propriedade. Vou repetir isso mil vezes, porque fiz campanha para esse senhor no segundo turno, acreditei nas suas palavras, acreditei no apoio que ele estava dando, inclusive usando o nome do presidente Bolsonaro para se reeleger e considerando suas promessas de campanha, que ele não cumpriu nenhuma até agora.

Ele não só não cumpriu as promessas de campanha como desvirtuou a economia do estado de São Paulo de tal forma que eu vou considerar danos quase irreversíveis para a próxima gestão. É triste realmente a gente se deparar com tamanha traição, com tamanha mudança de comportamento, com tamanha falsidade em relação àqueles que realmente o apoiaram de coração.

Aproveito a oportunidade para fechar minha fala lembrando que estamos a três dias de uma das mais importantes eleições municipais da História do Brasil para prefeitos e vereadores. No estado de São Paulo, serão 645 novos prefeitos; no Brasil, 5.570. No estado de São Paulo, serão aproximadamente 11 mil novos vereadores; no Brasil, quase 90 mil novos vereadores, o que nos coloca na terceira maior eleição democrática do mundo, só perdendo para a Índia - por razões óbvias dos seus um bilhão e 200 milhões de habitantes - e para a dos Estados Unidos, pelo voto distrital.

Assim, nós temos nas nossas mãos agora a oportunidade de mais uma vez mudar as Câmaras Legislativas Municipais, que são extremamente importantes para essa grande mudança que o Brasil quer fazer. Pense bem, escolha com a sua mente, com a razão, analise o seu candidato, evite o voto emocional e, principalmente, não venda o seu voto, porque quem vende fica vendido e não vai ter de volta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - Sr. Presidente, aproveitando que não existem mais oradores inscritos, eu sugiro a V. Exa. que levante a sessão.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Muito obrigado, deputado Castello Branco.

Então, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 07 minutos.

12 DE NOVEMBRO DE 2020 91ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e DOUGLAS GARCIA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - DOUGLAS GARCIA
Comenta ter entrado com ação popular no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo solicitando a suspensão do contrato com a empresa Sinovac. Desaprova cláusulas com conteúdos confidenciais, presentes no mesmo. Afirma que o governador João Doria não responde com clareza às questões levantadas sobre a vacina Coronavac. Convida os deputados conservadores para a elaboração de um novo pedido de impeachment contra o governador do Estado.
3 - LETICIA AGUIAR
Para comunicação, informa ter recebido documento da Associação Comercial Industrial de São José dos Campos. Expressa seu descontentamento com a aprovação do PL 529/20. Comenta viagem particular do governador João Doria ao Caribe. Declara seu apoio à candidatura de Anderson Senna à Prefeitura de São José dos Campos.
4 - CARLOS GIANNAZI
Crítica a publicação do secretário da Educação Rosseli Soares sobre os desafios dos professores durante a pandemia de coronavírus. Lamenta a falta de infraestrutura das escolas públicas. Convida o secretário da Educação para visitar a Escola Estadual Ayrton Senna da Silva, uma das escolas de lata do Estado, localizada em Parelheiros. Relata dificuldades enfrentadas por alunos e professores no acesso ao ensino remoto.
5 - DOUGLAS GARCIA
Assume a Presidência.
6 - CORONEL TELHADA
Saúda as datas comemorativas do dia 12/11. Menciona a possibilidade de um novo confinamento, por conta da Covid-19, após as eleições. Posiciona-se contra essa possibilidade. Alega que essa medida seria uma manobra para gastos indevidos do dinheiro público. Cita mensagem recebida por suposta médica, alertando para o aumento de casos de coronavírus nas classes A e B da população paulista.
7 - JANAINA PASCHOAL
Discorre sobre o contrato firmado entre o Instituto Butantan e a empresa Sinovac, responsável pela vacina Coronavac. Cita a matéria divulgada na rede CNN sobre o assunto. Ressalta ter oficiado diversos órgãos para obter mais informações sobre a contratação desta empresa. Esclarece que o contrato deve ser publicado na íntegra pelo Governo do Estado.
8 - CARLOS GIANNAZI
Expõe sua preocupação com a volta às aulas nas escolas públicas no ano de 2021. Afirma que as escolas precisam se readequar para uma volta às aulas com segurança após a pandemia. Pede apoio dos deputados para a aprovação do PL 517/07, que prevê um número máximo de alunos por sala de aula, e o PL 128/19, que determina a transformação de escolas de lata em construções de alvenaria. Menciona o incêndio em duas escolas de lata na zona sul de São Paulo.
9 - JANAINA PASCHOAL
Discorre sobre o decreto do governo estadual, que prevê descontos nos proventos de aposentados e pensionistas que recebem menos que o teto salarial do INSS. Comenta a posição de outros estados em relação ao assunto.
10 - JANAINA PASCHOAL
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
11 - PRESIDENTE DOUGLAS GARCIA
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 13/11, à hora regimental. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente nesta data, dia 12 de novembro de 2020. Iniciamos o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar a